

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**A CORRUPÇÃO COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL: A INFLUÊNCIA DOS
MEDIA**

Magda Sofia Teixeira da Cunha Lopes

Presidente: Doutora Maria Raquel Camarinha da
Silva dos Santos Barbosa

Arguente: Doutora Raquel Marques Plácido
Ribeiro **Orientadora:** Doutora Gabrielle Anny
Poeschl

Classificação: 12 valores

Magda Sofia Teixeira da Cunha Lopes

Outubro 2013

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora *Gabrielle Poeschl* (F.P.C.E.U.P.).

Resumo

A corrupção tem ganho atenção nos últimos anos na área das ciências políticas, sociais e económicas. Desta forma, o objetivo deste trabalho consiste em identificar fatores de variação nas representações da corrupção, mais precisamente, verificar a influência dos *media* nestas representações.

Examinam-se no nosso estudo as representações da corrupção de participantes portugueses e procura-se identificar variações consoante o grupo de grau de informação pelo qual os participantes foram agrupados. Verificou-se que as palavras mais frequentemente evocadas estão relacionadas com atos corruptos e com uma forte carga de avaliação moral e que as pessoas que são mais informadas percecionam as palavras associadas à corrupção com mais negatividade. Os comportamentos corruptos em que as partes envolvidas saem favorecidas, em alguns dos casos de forma monetária, e que são mais mediatizados são vistos como mais frequentes pelas pessoas com maior grau de informação. Dado que as pessoas com maior grau de informação são as que procuram informação sobre o tema com mais frequência, são consequentemente as que têm mais conhecimento de casos de corrupção. Por último, verificou-se que apesar de a televisão ser um dos grandes *media*, a informação obtida pelos participantes parece resultar não só da procura por iniciativa própria mas também dos jornais.

Palavras Chave: representações sociais, corrupção e *media*.

Abstract

Corruption has gained attention in recent years in the area of science policy, social and economic. Thus, the aim of this study is aimed to identify factors of variation in the representations of corruption, more precisely, to check the influence of the media in these representations.

In our study we examine the representations of the Portuguese participants about corrupt. It was found that the words most frequently mentioned are related to corrupt acts, with a high load of moral evaluation and that people from the group higher level of information perceive words associated to corruption with more negativity. Corrupt behaviors in which the parties leave favored, in some cases the monetary form, which are mediated are seen as more frequently by people with higher information. Given that people from the group higher level

of information are those who seek information on the subject more often, those are the ones with more knowledge of corruption cases. Finally, it was found that although the television is one the major *media*, the information obtained by the participants appears to result not only in demand on its own but also from newspapers.

Keywords: social representations, corruption and media.

Résumé

La corruption a attiré l'attention ces dernières années dans le domaine de la science politique, social et économique. Ainsi, le but de cette étude est d'identifier les facteurs de variation dans les représentations de la corruption, plus précisément, afin de vérifier l'influence des médias dans ces représentations.

Sont examinés dans notre étude, les représentations de la corruption des participants portugais et cherche à identifier les variations en fonction du niveau du groupe d'informations pour qui les participants ont été regroupés. Il a été constaté que les mots les plus fréquemment cités sont liés à des actes de corruption et à une forte charge de l'évaluation morale et que les personnes qui sont des mots de perception plus éclairées associés corruption avec plus de négativité. Comportements corrompus dans lequel les parties laissent favorisé dans certains cas, la forme monétaire, qui sont médiés sont considérés comme plus souvent par des personnes ayant plus d'informations. Étant donné que les personnes de groupe haut degré d'information sont à la recherche d'informations sur le sujet le plus souvent, sont donc ceux qui ont plus de connaissances des affaires de corruption. Enfin, il a été constaté que, bien que la télévision est un média importante, d'information obtenue par les participants semble résulter non seulement de la demande sur son propre, mais aussi des journaux.

Mots-clés: représentations sociales, la corruption et les medias.

*Aos que me ergueram
e não me deixaram desanimar,
aos que se orgulham de mim!*

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Gabrielle Poeschl, pela sua orientação, competência, dedicação, e principalmente pela sua disponibilidade e profissionalismo, que com todo o seu empenho enalteceu os meus conhecimentos e acompanhou todo este processo.

Aos meus pais, António e Linda, e à minha irmã, Ana, por todo o apoio e suporte emocional durante todo o meu percurso.

Ao Tiago, por me ter apoiado de forma incondicional em todos os momentos, mas acima de tudo por me aturar nos momentos mais difíceis, pelo amor, pela paciência, pela amizade e pela motivação em nunca desistir dos meus sonhos.

À Catarina, por me apoiar de forma incondicional ao longo de muitos anos de amizade, por ser a “Consciência” nos bons e maus momentos. Por me apoiar nesta última fase da vida e do trabalho académicos.

À Ana, Hugo, Tiago, Pintas, Manu, Margarida e Diana por terem sido fieis companheiros de uma longa jornada académica, mas acima de tudo pela forte amizade e paciência que sempre demonstraram.

À Daniela, Rita, Ana Lopes, Heliana, Ana Moura e Sara Queiroga, e aos restantes membros da minha segunda família, por todo o apoio e insistência ao longo deste processo, pela amizade sentida e por todas as palavras de incentivo e de força.

À Teresa, Ana e Daniela, por terem sido companheiras nesta viagem pela FPCEUP. Por me apoiarem sempre que precisei, por terem sido pilares fundamentais desta jornada.

À Flávia e à Caju, por me aturarem e por terem sido importantes para que o ânimo nunca faltasse.

A todos os outros que de qualquer forma contribuíram para o culminar de uma longa jornada, o meu maior Obrigada.

Índice

Introdução	1
Capítulo I - A Teoria das Representações Sociais	2
1.1. A psicologia social	3
1.2. A noção de representação social	3
1.3. A “Sociedade Pensante”	5
1.4. Natureza prescritiva e convencional das representações sociais	5
1.5. Teoria do núcleo central	6
1.6. Formação das representações sociais	6
1.7. Componentes de uma representação	8
1.8. Processos de transmissão das representações sociais	8
Capítulo II - A Corrupção e a Influência dos Media	10
2.1. Definição de corrupção	11
2.2. Corrupção enquanto comportamento desviante	11
2.3. Níveis de análise da corrupção	12
2.4. Corrupção branca, cinzenta e preta	12
2.5. Corrupção em Portugal	13
2.6. Variedades da corrupção	13
2.7. “País da cunha”	14
2.8. Tipificação legal da corrupção	14
2.9. Corrupção e justiça	14
2.10. Casos de corrupção mediáticos	15
2.10.1. Caso “Face Oculta”	16
2.10.2. Caso “Freeport”	16
2.11. A corrupção enquanto objeto de estudo	16
2.12. Os media e a sua influência	18
2.13. Objetivo e Hipóteses	19
Capítulo III - Metodologia de Investigação	21
3.1. Amostra	22
3.2. Questionário e Procedimento	22
3.3. Análise de Dados	23
Capítulo IV - Resultados e Discussão	25

4.1.	Informação acerca da corrupção	26
4.2.	Negatividade das palavras associadas à corrupção.....	27
4.3.	Comportamentos Corruptos.....	27
4.4.	Caso de corrupção	31
4.5.	Televisão e Revistas	32
Conclusão		34
Anexos.....		41

Índice de Quadros

Quadro 1. Procura de informação sobre a corrupção (1 = nunca; 7 = sempre).....	23
Quadro 2. Número de palavras evocadas por, pelo menos, 10% dos participantes.	26
Quadro 3. Avaliação da negatividade nos grupos Baixo e Elevado Grau de Informação (1 = nada negativa; 7 = totalmente negativa).	27
Quadro 4. Frequência dos cenários de comportamentos corruptos. Solução fatorial.....	28
Quadro 5. Avaliação da frequência dos tipos de cenários de comportamentos corruptos nos grupos Baixo e Elevado Grau de Informação (1 = nada frequente; 7 = totalmente frequente).....	30
Quadro 6. Conhecimento de casos de corrupção.....	31
Quadro 7. Casos de corrupção referenciados por, pelo menos, 10% dos participantes que têm conhecimento de casos de corrupção.....	32
Quadro 8. Frequência de procura de informação na Televisão e Revistas/Jornais.	33

Introdução

Segundo o dicionário de psicologia (Doron & Parot, 2001), o termo representação designa “por um lado o processo de pôr em correspondência dois elementos, isto é, o representante que repete, substitui ou apresenta de outro modo o representado. Por outro lado, denomina um aspeto do resultado deste processo, na ocorrência só o elemento representante, independentemente da sua natureza.” (p. 663). Quanto ao termo social, este é

“empregue para qualificar as interações interpessoais efetuadas num contexto relacional, para sublinhar a sua especificidade em relação às manifestações naturais, biológicas ou físicas. A representação social designa um domínio particular das atividades de representação coletiva, a ocorrência simultânea dos processos dinâmicos, pelos quais se elaboram saberes de sentido comum e dos produtos que constituem estes saberes” (Doron & Parot, 2001, p. 172).

O termo corrupção provém do latim *corruptus* (*cit in* Ferreira, n.d.) e significa destruir em pedaços, corromper. Quanto ao verbo corromper significa “tornar podre” (*cit in* Costa & Melo, 1979). A corrupção pode ser definida como a utilização de um suborno para conseguir obter vantagens para o seu próprio interesse, de um integrante da família ou amigo. Etimologicamente o termo corrupção (Ferreira, n.d.) significa deterioração.

A literatura existente sobre a corrupção assenta em estudos ligados ao panorama económico, político e social. Desta forma, o presente estudo tem como principal objetivo identificar fatores de variação nas representações da corrupção, mais precisamente, verificar a influência dos *media* nestas representações. Assim, procura-se estudar a possível existência de diferenças nessas mesmas representações que tenham origem nas mais variadas fontes de informação.

Para tal, este trabalho encontra-se estruturado em quatro partes fundamentais. No primeiro capítulo, tendo em conta a literatura revista, focamo-nos na definição da teoria das representações sociais, analisando as suas características e estrutura. No segundo capítulo, exploramos a corrupção como representação social, quais as suas definições e características, não esquecendo os *media* e a sua influência. São ainda apresentadas as hipóteses de investigação que determinaram este estudo. No terceiro capítulo, faz-se a descrição da metodologia seguida para a realização deste estudo. No quarto capítulo, apresentam-se os resultados obtidos, bem como uma discussão sobre os mesmos. Por fim, no quinto e último capítulo, conclusão ao estudo, focando-a nos resultados obtidos e na verificação das hipóteses apontadas, e tentando compreendê-los tendo em conta os conhecimentos referidos na primeira parte. Apresentam-se ainda algumas limitações deste estudo, bem como propostas para futuras investigações.

Capítulo I.
A Teoria das Representações Sociais

O fenómeno das representações sociais não é novo, está enraizado na nossa cultura, no nosso quotidiano. Este termo foi introduzido por Emile Durkheim e redescoberto por Serge Moscovici em 1961 e é, hoje em dia, um dos principais temas que orientam a psicologia social (Doron & Parot, 2001). A teoria das representações sociais, surge pela primeira vez por Moscovici, no seu estudo sobre a representação social da psicanálise, “La Psychanalyse: son image et son public” (Alexandre, 2004).

1.1. A psicologia social

Partindo do princípio de que o pensamento primitivo está baseado na crença do “*poder ilimitado da mente*” e que o pensamento científico moderno está baseado no “*poder ilimitado dos objetos*”, então, o objeto começa por ser uma imitação do pensamento e depois o processo inverte-se, o pensamento é que passa a ser uma réplica do objeto (Moscovici, 2003, p. 29). Posterior ao pensamento primitivo que permitiu ao ser humano adaptar-se durante vários milhões de anos, tem-se a ciência, que para além de permitir ao ser humano adaptar-se de forma mais rápida que o pensamento primitivo, veio permitir o estudo de questões que amedrontam o pensamento do ser humano. Desta feita, a psicologia social, enquanto demonstração do pensamento científico “estuda o sistema cognitivo” e baseia-se em duas premissas que se encontram interligadas, por um lado as pessoas normais e os cientistas reagem da mesma forma perante os fenómenos e acontecimentos, por outro o sistema cognitivo pressupõe que compreender consiste no processamento de informações” (Moscovici, 2003, p. 30). No entanto, estas premissas não são de todo adequadas. Em primeiro lugar não somos todos iguais, ou seja, somos provenientes de diferentes meios sociais, idades diferentes e estilos educativos diferenciados. Tudo isto afeta a forma como percecionamos a realidade, e por isso, cada um tem uma representação distinta da realidade (Moscovici, 2003).

1.2. A noção de representação social

Tendo em conta os aspetos referidos acerca da Psicologia Social, poderemos agora abordar mais aprofundadamente o que são as representações sociais. “Moscovici concetualiza as representações sociais como sendo um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originárias do quotidiano no curso da comunicação interpessoal” (1981 *cit in* Cabecinhas, 2004, p. 2).

Para Moscovici (2003) “As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos” (p. 46). Têm como objetivo

retirar sentido do mundo e introduzir ordem e percepção. Por outras palavras, uma representação adequa uma imagem a uma ideia e vice-versa.

A teoria das representações sociais parte da diversidade de indivíduos, acontecimentos, fenómenos e atitudes, estranhos e imprevisíveis, para descobrir a partir dessa diversidade se pode construir um mundo estável e previsível. Tudo tem uma causa e um efeito, o nosso pensamento é bi-causal, pelo que existe uma ligação entre os meios para atingir um determinado fim, ainda assim, essa mesma causalidade existe dentro de uma representação que a justifica e que a relaciona (Moscovici, 2003).

Bower (1977 *cit in* Moscovici, 2003, p. 32) escreve que “algumas representações funcionam como substitutos de estímulos; elas produzem a mesma experiência que o mundo natural produziria”, esses estímulos são produzidos pelo ser humano como forma de substituir alguma coisa que não pode não ocorrer de forma natural.

As representações sociais são também estudadas por Doise, como por exemplo em 1976-84, 1990 (Almeida, 2009) e em 1992, que as define como “princípios geradores de tomadas de posição ligadas a inserções num conjunto de relações sociais e que organizam os processos simbólicos que intervêm nestas relações” (Neto, 1998, p. 439). Por outro lado, Jodelet afirma que as representações sociais são fenómenos complexos, permanentemente ativos na vida social, “constituindo-se de elementos informativos, cognitivos, ideológicos e normativos” (1989 *cit in* Cabecinhas, 2004, p. 5).

Poeschl (2003) reforça a ideia de que o conceito fora desenvolvido por Moscovici (1961) tendo como base os trabalhos anteriormente elaborados pelo sociólogo Emile Durkheim. Refere ainda que Durkheim considerava a existência de duas fontes de influência sobre a forma de pensar/agir dos indivíduos, sendo estas, a consciência individual e a consciência coletiva, constituídas respetivamente por representações individuais e coletivas (Mateus, 2010).

Franco (2004 *cit in* Rummler, 2007) parte da premissa de que “as representações sociais são elaborações mentais que são construídas socialmente, a partir da dinâmica que se estabelece entre a atividade psíquica do sujeito e o objeto do conhecimento. É a relação que se dá na prática social e na história da humanidade e que se generaliza pela linguagem” (p. 638).

A representação social “*define-se como a elaboração de um objeto social por uma comunidade*” (Moscovici, 1963 *cit. in* Neto, 1998, p. 439). Para os investigadores da escola de Provenza, uma representação social é um “conjunto organizado de cognições sobre um objeto, partilhadas pelos membros de uma população homogênea em relação com este objeto” (Flament, 1994 *cit in* Poeschl, 2003, p. 453). Cabecinhas (2004) refere que “as representações partilhadas por um grupo estariam associadas à função do grupo e às relações intergrupais”

(p. 15), então, as representações sociais protegem os interesses de cada indivíduo, ajudando-o na construção com o outro da sua identidade social. Todas as “interações intra ou intergrupais” (Moscovici, 1984, *cit in* Cabecinhas, 2004, p. 3) pressupõem que as representações sociais permitem uma organização do real, e são imprescindíveis para a comunicação (Cabecinhas, 2004, p. 3).

Analisando todas as definições acima referidas, pode-se afirmar que a realidade de cada indivíduo é baseada nas representações sociais. Ou seja, todos os objetos têm superimposta uma representação social, sendo que em última análise eles são apenas um elemento de uma cadeia de reação de percepções, opiniões e noções organizadas numa determinada sequência (Moscovici, 2001).

1.3. A “Sociedade Pensante”

Poderemos questionar o porquê deste conceito e qual a sua utilidade. Em resposta a esta questão, Moscovici (1961/1976) propõe o conceito de representação social com o objetivo de compreender a vida social numa perspetiva psicológica, isto porque, é necessário compreender a “influência das relações sociais nos processos psicológicos” (Duveen & Lloyd, 1990 *cit in* Ribeiro, 2011, p. 119). Para compreender melhor é necessário perceber o enquadramento da expressão *sociedade pensante* com as representações sociais. Quando estudamos as representações sociais, estamos a estudar os seres humanos, enquanto seres que fazem perguntas e procuram respostas, seres humanos que pensam, e que não tratam apenas informação ou agem de determinada forma. (Moscovici, 1981 *cit in* Cabecinhas, 2004).

Para Moscovici (2001) o “paradigma da sociedade pensante questiona as teorias que consideram que os nossos cérebros são ‘caixas negras’, que processam mecanicamente a informação em função das condicionantes exteriores” (*cit in* Cabecinhas, 2004, p. 4), ou que os indivíduos e grupos estão sempre sob a influência das ideologias que são produzidas e impostas pelos diferentes contextos sociais e institucionais, o que leva a que os seus pensamentos e palavras sejam por consequência o reflexo dessas ideologias (Cabecinhas, 2004).

1.4. Natureza prescritiva e convencional das representações sociais

As representações sociais convencionalizam os fenómenos com que o ser humano se depara de forma a dar-lhes uma forma definitiva, isto é, de as localizar numa determinada categoria na nossa mente e utilizá-las de forma gradual como um modelo partilhado por outras pessoas. É esta forma definitiva que permite ao indivíduo interpretar uma mensagem e perceber a razão de um acontecimento. (Moscovici, 2003, p. 34).

As representações sociais são ainda prescritivas pois existem, ainda antes do ser humano começar a pensar, na tradição do que deve ser pensado. Mais ainda, exercem uma influência sobre a mente do ser humano e não são pensadas pelo mesmo mas sim “re-pensadas”. Decorrem ao longo do tempo, sendo impostas sobre o indivíduo, não são mais do que uma sequência de transformações e composições (Moscovici, 2003, p. 36).

1.5. Teoria do núcleo central

A teoria do núcleo central de Abric (1987, 1994 *cit in* Moliner, 1996) apresenta duas funções na representação, uma função geradora, isto é, através da função geradora as representações adquirem um significado e um valor e uma função organizadora, pois é o núcleo que encaixa as outras cognições e determina as relações entre as diferentes cognições.

Toda a realidade apreendida pelo indivíduo ou pelo grupo, é reconstruída no seu sistema cognitivo, integrada no seu sistema de valores e dependente da sua história e do contexto social e ideológico que em está inserido. A teoria sugere que para assegurar as funções geradora e organizadora, os elementos centrais estão relacionados com um grande número de cognições relativas ao objeto da representação. De um ponto de vista quantitativo, os elementos centrais distinguem-se dos restantes por apresentarem maior conectividade e saliência (Moliner, 1996).

O núcleo central contém dois tipos de elementos: os normativos, de carácter avaliativo, que estão ligados à história e ideologia dos indivíduos, que orientam a seleção de juízos ou opiniões do grupo; e os funcionais, de carácter descritivo, que provêm das práticas do grupo e orientam as condutas e as justificam. O núcleo central é estável, coerente e resistente à mudança, assegurando assim a continuidade e a permanência da representação e é pouco sensível ao contexto social no qual a representação se expressa. O sistema periférico, para além de proteger o sistema central, caracteriza-se pela integração das experiências e histórias individuais, suporta a heterogeneidade do grupo e as contradições, e é evolutivo e sensível ao contexto imediato (Sá, 1996).

O sistema central e o sistema periférico assumem uma função normativa, isto é, contribuem para a interpretação da realidade pelo indivíduo e determinam os seus comportamentos e práticas, no entanto, o núcleo central assume a função de guardar o significado que o objeto representado *deve ter*, e o sistema periférico a de proteger a significação central da representação (Menin, 2007).

1.6. Formação das representações sociais

O estudo das representações sociais centra-se na maneira pela qual os seres humanos tentam compreender e resolver os problemas à sua volta, pois estas são um conjunto de explicações que têm origem na vida quotidiana e na comunicação entre as pessoas (Moscovici, 1981 *cit in* Ribeiro, 2011).

Poderemos então dizer que se existe algo de específico na nossa sociedade, para além da língua e da cultura, são as representações sociais que ajudam a tornar o estranho num saber familiar. O pensamento social deve mais à convenção e à memória do que à razão, isto é, a nossa tendência é confirmar o que nos é familiar. As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que já é sabido, uma vez que são os conectores entre imagem e significado. Na sociedade há uma contínua necessidade de reconstituir o "senso comum" que faz sentido e dá significado as imagens (Moscovici, 2001).

As representações sociais baseiam-se em dois processos-chave de criação, a ancoragem e a objetivação, que são formas de ajudar o ser humano com a memória (Moscovici, 2003, p. 60).

A ancoragem é reduzir as ideias que nos são estranhas a algo familiar, isto é, é classificá-las e nomeá-las, o que permitirá representá-las. Esta mantém a memória em movimento, pois o processo coloca e remove constantemente acontecimentos que vai classificando e rotulando de forma a dar-lhe um nome (Moscovici, 2003). “Representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes.” (Moscovici, 2003, p. 62). Mais ainda, a ancoragem é o processo pela qual o objeto da representação se torna um instrumento familiar inserido numa categoria de saberes pré-existentes (Moliner, 1996).

A objetivação caracteriza-se pela transformação de algo que nos é abstrato que existe na nossa mente em algo concreto que esteja traduzido no mundo real. A união do não-familiar com a realidade traduz a verdadeira realidade em si, isto é, reproduzimos a ideia numa imagem, pelo que tendemos a objetivar tudo o que encontramos (Moscovici, 2003). “O processo de objetivação envolve três etapas. Primeiro, as informações e as crenças acerca do objeto da representação sofrem um processo de seleção e descontextualização, permitindo a formação de um todo relativamente coerente, em que apenas uma parte da informação disponível é retida” (Cabecinhas, 2004, p. 6). Este processo não é neutro ou aleatório, depende das normas e dos valores grupais. De seguida, procede-se à organização dos elementos, como reconhece Moscovici (1961 *cit in* Cabecinhas, 2004) que, “recorre aos conceitos de esquema e nó figurativo para evocar o facto dos elementos da representação estabelecerem entre si um padrão de relações estruturadas” (p. 6). “A última etapa é a naturalização, onde conceitos que ficaram retidos no nó figurativo e as suas relações

constituem-se como categorias naturais, fazendo com que adquiram materialidade” (Cabecinhas, 2004, p. 6), tornam-se equivalentes à realidade e o abstrato torna-se concreto através da sua expressão em imagens e metáforas. A objetivação destina-se a naturalizar um conceito abstrato e a transformá-lo num objeto do mundo real (Moliner, 1996).

1.7. Componentes de uma representação

Segundo Moscovici (1961 *cit in* Moliner, 1996, p. 52) as representações sociais assentam em três dimensões que visam analisar o seu conteúdo e comparar representações diferentes. A informação designa o conjunto dos conhecimentos relativos ao objeto. O campo de representação corresponde à organização subjacente desses conhecimentos. A atitude corresponde à orientação global, favorável ou desfavorável, dos indivíduos para com o objeto.

Desta forma, as representações são compostas pelas cognições, que são “o conhecimento básico do objeto que provém das experiências e das observações do indivíduo, pois este tem um papel ativo na recolha de informação” (Moscovici, 1961 *cit in* Moliner, 1996, p. 53) e pelas “estruturas cognitivas que são essenciais no processo de categorização da informação recolhida” (Leyen, 1983; Pemartin, 1990 *cit in* Moliner, 1996, p. 54), nomeadamente “os estereótipos, que designam as características que os membros de um grupo social atribuem a si próprios ou aos outros e que vão condicionar as ações e atitudes do indivíduo perante uma ação ou sujeito estereotipado” (Maisonneuve, 1967 *cit in* Moliner, 1996, p. 55); “as categorias e os protótipos, que dependem das categorias em que o indivíduo organiza a informação na memória” (Cordier & Dubois, 1981 *cit in* Moliner, 1996, p. 56); e “os scripts, uma das funções prescritivas das representações e que consistem em guiar a conduta social do indivíduo perante uma situação” (Flament, 1997 *cit in* Moliner, 1996, p. 57). Todas estas componentes das representações sociais são estruturas complexas que foram elaboradas a partir de estruturas elementares, podendo-se afirmar desta forma que as representações são ainda constituídas por cognições elementares (Moliner, 1996, p. 59). Não obstante, “as estruturas cognitivas são independentes de toda a representação social” (Doise, 1990 *cit in* Moliner, 1996, p. 59).

1.8. Processos de transmissão das representações sociais

Tendo por base a informação referida no ponto anterior, podemos perceber que as representações sociais são passadas no seio dos grupos sociais, e como se processa a transmissão. Moscovici (1981 *cit. in* Silva, 2011) define este processo de passagem como algo natural e mesmo inconsciente na maior parte das vezes. Isto significa que através do diálogo

os indivíduos partilham as suas ideias e opiniões, formando ideias comuns, que são coletivas ao grupo, permitindo assim tornar familiar o que é desconhecido (Silva, 2011).

Dependendo do grau de envolvimento dos meios de comunicação na informação que transmitem, identificam-se três modos de comunicação, a difusão, a propagação e a propaganda (Moscovici *cit in* Moliner, 1996).

A difusão é o tipo de passagem de informação mais neutro, que se basearia apenas na transmissão de informação para conhecimento geral e que serviria para manter as pessoas informadas sobre os mais variados assuntos. A propagação seria uma forma de diálogo que procura ajustar ao sistema de pensamento do grupo o novo conhecimento que se procura divulgar, eliminando a informação que o grupo entende não ser coerente com as suas crenças e práticas. A propaganda, emerge quando há um conflito entre o grupo e visa a tomada de posição (Poeschl, 2003 *cit. in* Silva, 2011).

Vala (2006, *cit in* Faria, 2011) sistematiza os critérios pelos quais poderemos considerar qualquer representação como social. A representação deve ser partilhada por um conjunto de indivíduos e ser produzida no seio da comunicação intra e intergrupar, e deve visar um saber social prático.

As representações sociais, deverão ser entendidas e compreendidas como sendo uma forma particular tanto de conhecimento como de comunicação desse conhecimento que foi adquirido (Moscovici, 1981 *cit in* Ribeiro, 2011, p. 120).

Sendo assim, a teoria das representações sociais nasce como uma crítica importante a outras teorias que eram dominantes nas ciências humanas e na psicologia social particular, nomeadamente como crítica contra o behaviorismo, que excluía toda a vida intelectual ou experiência interna; contra a redução do social ao psicólogo, isto é, a predominância do individualismo na psicologia social; contra o isolamento dos fenómenos microsociais (pequenos grupos, influência, etc.) em reação a fenómenos macrosociais; e ainda contra a tendência de ver a psicologia social como uma ciência de processos, perdendo o interesse pelos problemas da sociedade e da cultura em geral (Moscovici, 2001b *cit in* Ribeiro, 2011).

Para concluir, uma representação social é um “sistema de valores, ideias e práticas com dupla função: primeiro estabelecer uma ordem que vai permitir aos indivíduos orientarem-se a eles próprios no seu mundo material e social e dominá-lo; e segundo que permita comunicação, estipulando um código para a troca social e um código para nomear e classificar ambiguamente os vários aspetos destes mundos e a sua história individual e grupal” (Moscovici, 1973, *cit in* Wagner et al., 1999).

Capítulo II.

A Corrupção e a Influência dos Media

A corrupção não é um termo ou um fenómeno novo na nossa sociedade. Aliás, esta tem estado presente ao longo dos anos e das diferentes sociedades. Como diz Sousa (2011) a corrupção é, regra geral, uma troca mediada.

2.1. Definição de corrupção

Poeschl e Ribeiro (2010) referem que muitos dos autores ligados à filosofia entendem a corrupção como uma questão de moral. A questão da moralidade levantada por exemplo por Miller (2005) é importante para compreender o objeto de estudo. O que é ilegal não é obrigatoriamente visto como sendo imoral e ilegítimo, da mesma forma que o que é legal pode não ser visto como sendo moral e legítimo. Pardo (2004 *cit in* Poeschl, 2010) refere que a questão da moralidade é “apoiada pelo facto de as novas leis poderem rapidamente tornar atos ilegais em legais” (p. 421).

Sousa (2009) refere que a “corrupção é uma intrusão do governo na eficiência do mercado sob a forma de regulamentação.” (p. 15). As teses fundamentalistas consideram a corrupção como sendo um meio paralelo de redistribuição dos bens às populações, substituindo assim a incapacidade do estado (Sousa, 2011). A corrupção não pode ser apenas associada à esfera pública, está também presente na esfera privada e nem sempre é utilizada para benefícios pessoais. Esta encontra-se em maior evidência em países não democráticos e de terceiro mundo (Sousa, 2011), estando presente nas três esferas do poder: legislativo, executivo e judiciário. No que toca à corrupção política, esta manifesta-se por meio de suborno, intimidação, extorsão, ou abuso de poder, sendo que o uso do cargo ou da posição para obter qualquer tipo de vantagem é denominado de tráfico de influência

2.2. Corrupção enquanto comportamento desviante

Tendo em conta o ponto de vista normativo a corrupção é um comportamento desviante, e implica a violação de regras legais e formais que estão expressas nas leis. Já no caso do ponto de vista transativo, a corrupção é um ato que implica uma troca, da qual resultam tanto um favorecimento como um benefício impróprio e intencional (Sousa, 2011).

O aparecimento de comportamentos desviantes como a corrupção, burla e fraude pode ser explicado pelo conceito de anomia, inicialmente falado por Durkheim (1987) e depois por Merton (1938). Para Durkheim (1897 *cit in* Sousa, 2009), a anomia devia-se ao fato de a progressiva industrialização e o rápido crescimento económico se apresentarem como uma ameaça à ordem social. Para Merton (1938 *cit in* Sousa, 2009), a anomia implicava a não regulação dos meios para atingir objetivos, e não a ausência de objetivos. Os objetivos sociais

são determinados culturalmente, resume-se à realização individual através do sucesso material. A anomia é gerada pela excessiva importância que é dada ao sucesso económico quando é comparada com a importância dos meios para atingir os objetivos (Sousa, 2009), desta forma, a corrupção surge como uma forma de obter realização pessoal/económica através de formas ilegais e que põem em causa os valores transmitidos inter-geracionalmente.

2.3. Níveis de análise da corrupção

Para compreender a corrupção é necessário compreender os níveis de análise em que ela ocorre. A nível macro incide-se numa análise das visões morais da sociedade, a nível posicional sobre uma perspetiva sociológica clássica, ou seja, refere-se à anomia e a nível individual tenta-se perceber as bases motivacionais do comportamento desviante (Sousa, 2009).

2.4. Corrupção branca, cinzenta e preta

Heidenheiner, Jonhston e Levine (1989 *cit in* Maia, 2008) definiram três níveis distintos de tolerância à corrupção.

A corrupção branca caracteriza-se por maiores índices de tolerância relativamente às práticas de corrupção, uma vez que se verifica uma partilha de valores sociais mais brandos relativamente a este tipo de práticas entre a população (Maia, 2008), é normalmente praticada por autarcas, e justificada como geradora do bem das comunidades locais (Sousa & Triães, 2008).

A corrupção cinzenta caracteriza-se pelo facto de as elites se manterem tolerantes relativamente a comportamentos corruptos, enquanto os restantes grupos sociais entram num processo de gradual diminuição dos índices de tolerância face às mesmas práticas. Neste tipo de corrupção as expectativas sociais relativamente ao grau de censurabilidade acerca deste tipo de ações são distintas, sendo que os casos de corrupção que chegam ao domínio do conhecimento público, designadamente os que são praticados pelas elites, começam a ser noticiados pelos *media* de uma forma muito ampla e com carácter de escândalo (Maia, 2008), como por exemplo práticas relacionadas com a oferta de presentes, hospitalidade ou conflitos de interesse (Sousa & Triães, 2008).

A corrupção preta, correspondente a práticas de corrupção que acabam por adquirir uma dimensão forte e central enquanto tema de debate de opinião pública, e são comportamentos que as elites e o grande público querem ver punidas (Sousa & Triães, 2008). Neste contexto, os valores sociais para as elites e para os restantes grupos sociais, tornam-se coincidentes, no sentido de censurarem fortemente este tipo de práticas ilícitas (Maia, 2008).

2.5. Corrupção em Portugal

Atualmente existe uma organização internacional, a Transparência Internacional que, entre outros, publica anualmente o “Índice de Perceções de Corrupção” e tem como objetivo medir a percepção da corrupção política em vários países do mundo. Revela que Portugal ocupou, no ano de 2010, a 32.^a posição dos países menos corruptos em escala mundial (Lima, 2010).

Sousa e Triães (2008) referem que, a sociedade está tão preocupada com a transparência dos processos e igual acessibilidade ao Estado, como com a legalidade e eficácia das ações deste. A legalidade e a eficiência encontram-se ao mesmo nível que a adesão social, “o que poderá explicar uma troca da legalidade pela eficiência em contextos em que o Estado seja deficitário, perpetuando as assimetrias económico-sociais, e deficitário. Por esta razão, a sociedade terá razões para contornar a lei e ignorar a legalidade implícita nas suas ações para ter o que lhe é, ou pensa ser seu, de direito (p. 59).

Segundo o estudo de Sousa e Triães (2008), e considerando a ética e a moralidade mais abrangentes que a dimensão legal, estes concluíram que é muito provável que os cidadãos acabem por não produzir os seus próprios juízos éticos sobre uma determinada ação, ou seja, “existe uma subversão dos papéis na qual a ética e a moral perdem a “jurisprudência social” que deveriam exercer sobre as normas legais” (p. 69).

2.6. Variedades da corrupção

Existem quatro tipos de corrupção em Portugal, a esporádica ou fragmentada que é de baixa frequência e baixos recursos, como por exemplo “o suborno oferecido por um condutor intercetado em excesso de velocidade a um agente da Brigada de Trânsito para não ser sancionado.” (Sousa, 2011, p. 40); a estrutural ou cultural que é de elevada frequência e baixos recursos, por afirma Sousa (2011) “a cunha é uma norma da sociedade portuguesa.” (p. 41); a sistémica ou política que é de elevada frequência e elevados recursos, como por exemplo o “financiamento político dos partidos e candidatos” (Sousa, 2011, p. 41); e por fim, a metassistémica ou de “colarinho branco” que envolve quantias elevadas de dinheiro, mecanismos transacionais muito sofisticados de troca e permeabilidade entre política e mercado, sendo uma “modalidade de corrupção praticada por mediadores e operadores financeiros, advogados e consultores, gestores de empresas e empresários, políticos e altos funcionários nacionais” (Sousa, 2011, p. 42). Dever-se-á realçar que estas categorias não são fechadas, um crime do tipo esporádico pode, por exemplo, ascender a um de “colarinho branco” (Sousa, 2011).

2.7. “País da cunha”

Os portugueses tendem a condenar os atos que estão próximos da definição penal e que são punidos como crime, como por exemplo o suborno ou a extorsão, no entanto são tolerantes com outros comportamentos, como o tráfico de influências (conhecido pela expressão "cunha"), conflitos de interesses e patrocínios políticos, desde que estes tenham uma "causa justa" ou um "interesse coletivo" como objetivo” (Sousa & Triães, 2008). No inquérito de Sousa e Triães (2008), 81,4% dos participantes respondeu que concordava com a hipótese de que uma pessoa deve ajudar a família e amigos a arranjar emprego, mas discordava se o mobilizador da cunha fosse um político.

Poder-se-á mesmo dizer que Portugal é o "País da cunha" e do "mexer de cordelinhos", pois essa é a única forma que muitos dos portugueses encontram para conseguir um emprego, tirar a carta de condução, não pagar uma multa de estacionamento, entre outros exemplos. Isto explica que por parte da população portuguesa há tolerância em relação à cunha e ao favorecimento (Sousa & Triães, 2008).

2.8. Tipificação legal da corrupção

Segundo o código penal, as ações tipificadas como corrupção são: a corrupção (art. 372º, 373º, 374º), o tráfico de influências (art. 334º), crimes eleitorais (art. 336º a 343º), crimes contra a realização da justiça (art. 359º a 371º), peculato (art. 375º e 376º), abuso de autoridade (art. 378º a 382º), concussão (art. 379º), abuso de poder (art. 382º) e participação económica em negócio (art. 377º) (Sousa, 2011).

Já nas leis penais subsidiárias estão incluídos os crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos (Lei 41/2010, de 3 de Setembro), infrações económicas e contra saúde pública (Decreto-Lei 28/84, de 20 de Janeiro) (Sousa, 2011).

2.9. Corrupção e justiça

“A corrupção é um crime que não deixa rasto, e quando deixa, extingue-se rapidamente.” (Sousa, 2011, p. 67).

No nosso dia-a-dia ocorrem atos de pequena corrupção e que nem sempre veem a luz da justiça. Existe uma série de fatores explicativos da ineficácia do sistema judicial, como por exemplo a burocratização da investigação criminal, que leva a que as autorizações para utilizar procedimentos especiais demorem muito tempo dificultando a ação contra a corrupção; a ausência de especialização, uma vez que as reformas do sistema judiciário não

acompanham a evolução da complexidade da corrupção; entre outros (Sousa, 2011). A impunidade dos corruptos por causa da prescrição de processos judiciais é uma realidade em Portugal, como "os processos-crime" de Fátima Felgueiras (Ex-Presidente da Câmara Municipal de Felgueiras) e Isaltino Morais (Ex-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Jurista e Político). Dever-se-á sublinhar que a prescrição de processos-crime de corrupção não só demonstra a máxima ineficiência do sistema judicial e judiciário em prosseguir com a punição dos agentes deste crime, como transmite a ideia da sua fácil manipulação por certos arguidos dotados de maior influência política ou económica (Corrupção em Portugal, 2011).

2.10. Casos de corrupção mediáticos

Os dados a seguir apresentados foram retirados de uma notícia do jornal O Público Online de 1/12/2011, por São José Almeida, intitulada de "Casos mediáticos despertam portugueses para a corrupção". Poder-se-á confirmar que a dimensão destes em nada se compara com a pequena corrupção, e por isso é denominada de grande corrupção.

A notícia revela que:

"Os portugueses mudam lentamente de opinião sobre o fenómeno da corrupção no país. Portugal mantém-se, em 2011, no mesmo 32.º lugar de 2010 no índice da perceção das populações em relação à existência ou não de corrupção nos respetivos países, divulgado hoje pela Transparência Internacional (TI), organização não-governamental que monitoriza a evolução da perceção de corrupção a nível mundial. <...> A posição de Portugal indica uma recuperação de perceção pública de corrupção, depois de ter estado em posições mais mal classificadas nos anos anteriores e que coincidiram com anos marcados pelo mediatismo de grandes casos. Assim, em 2009, Portugal estava em 35.º lugar (5,8), a pior colocação atingida na década monitorizada pela TI" <...> O pico de aumento de perceção de corrupção surge em 2009, com 5,8, o nível mais baixo da década, no rescaldo de vários casos mediáticos e afirmação da ideia de que a corrupção existe e mina a democracia" (Almeida, 2011).

Quando nos referimos à corrupção e ao mediatismo deste tema, fala-se em grandes casos mediáticos que invadiram televisões, jornais e rádios. Intituladas como mega-investigações, estas puseram a nu o problema da corrupção em Portugal, nas empresas, no Estado e na política. Muitos destes casos ainda estão a ser julgados e sem fim à vista.

2.10.1. Caso “Face Oculta”

O caso Face Oculta, em que os arguidos estão a ser julgados por centenas de crimes de burla, branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de influências, tornou-se um dos processos mais mediáticos dos últimos tempos, porque envolve o nome do ex-ministro Armando Vara, que foi constituído arguido, e o de José Sócrates, intercetado em escutas telefónicas. Começou em Aveiro e estava relacionado com alegados crimes económicos de um grupo empresarial de Ovar que integra a O2-Tratamento e Limpezas Ambientais, à qual está ligado o empresário Manuel José Godinho. Este é o único arguido que chegou a estar em prisão preventiva. A empresa de Godinho seria favorecida em vários negócios e concursos com o Estado (Os casos de corrupção, 2011).

2.10.2. Caso “Freeport”

Já o caso FREEPORT teve na sua origem suspeitas de corrupção no tráfico de influências e pagamento de subornos na alteração à Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo e licenciamento do espaço comercial em Alcochete, quando José Sócrates era ministro do Ambiente. Entre os arguidos foram acusados Charles Smith e Manuel Pedro. Charles Smith, que era sócio da consultora *Smith & Pedro*, contratada para tratar do licenciamento do “outlet”, chegou a afirmar que José Sócrates “*é corrupto*”. Este mega-processo levou ainda ao afastamento polémico do presidente da Eurojust, que foi alvo de um processo disciplinar por suspeitas de pressões no caso “Freeport” (Os casos de corrupção, 2011).

2.11. A corrupção enquanto objeto de estudo

Deixamos que a televisão entre nas nossas casas e que durante o dia nos vá informando dos diversos assuntos da atualidade. A atualidade é o que faz “furor” para os *media* e é isso que os *media* nos transmitem, da forma que eles pretendem (Sousa, 2011).

Os estudos apontam para “a existência de uma discrepância entre a teoria e a prática dos portugueses, por exemplo, 88,4% dos participantes <no inquérito “Corrupção e Ética em Democracia: O caso de Portugal” de Sousa e Triães (2008)> afirmam que não votariam num autarca envolvido num caso de corrupção, apesar de este ser apresentar um “bom desempenho” nas suas atividades, mas” <a verdade é que nas eleições autárquicas de 2005> muitos candidatos com problemas na Justiça foram reeleitos (Sousa & Triães, 2008, p. 196). Não obstante, a maioria (73,5%) garante que denunciaria os casos de corrupção de que tem

conhecimento às autoridades, mas, na realidade, mantém-se indiferente e em silêncio (Sousa & Triães, 2008, p. 200).

Mas nem sempre a realidade corresponde ao que as pessoas pensam que fariam. Os portugueses recolhem-se ao silêncio e à indiferença, uma vez que as queixas junto das autoridades são praticamente nulas. Apesar de não ser comum entre os portugueses relatar as situações de corrupção, quando confrontados com a pergunta sobre que medidas adotar para combater a corrupção, 11% dizem não saber e 42,3% defendem a criação de uma agência anticorrupção, com amplos poderes de investigação (Sousa & Triães, 2008, p. 205).

A corrupção enquanto fenómeno é referida em inúmeros estudos ligados às áreas do político, económico, social e psicossocial. Castro (2008) estudou os determinantes económicos da corrupção na União Europeia para os 15 Estados Membros. Escreve no seu trabalho que se torna importante conhecer os principais fatores, nomeadamente económicos, que determinam diferentes níveis de corrupção nas Administrações Públicas, uma vez que existem grandes divergências nos índices de perceção da corrupção. O objetivo é estabelecer correlações entre corrupção e diversos indicadores de rendimento, governação, liberdade económica e ética empresarial.

Mauro (2003) estudou o financiamento da política no Brasil, afirmando que a maioria dos países latino-americanos introduziu o método de financiamento público por forma a diminuir o financiamento ilegal da política, o “narcofinanciamento” e a corrupção política.

Sobral, Besarria e Araújo (2013) afirmam que a relação negativa da corrupção sobre o crescimento é um tema que tem atraído muitos estudos na literatura internacional, como por exemplo os trabalhos de Mauro (1995) e de Mo (2000). Mo (2001) afirma que a corrupção favorece uma classe particular de pessoas e cria desigualdade nas oportunidades devido ao atraso de produtividade. Não obstante, a desigualdade nas oportunidades poderá levar à frustração e instabilidade sociopolítica e que confirma que os níveis de corrupção são desfavoráveis ao crescimento.

Poeschl e Ribeiro (2010) estudaram as representações sociais da corrupção de inquiridos portugueses, procurando identificar variações consoante os grupos sociais e os contextos geral, global ou nacional em que o fenómeno é considerado. As investigadores verificaram uma grande diversidade da informação incluída nas representações da corrupção e ainda que a informação obtida pelas pessoas parece resultar de um enquadramento mais episódico da atualidade a nível nacional pelos *media*.

2.12. Os media e a sua influência

Gigliolo (1996 *cit in* Sousa, 2011) refere que “os *media* detetam, publicitam e dramatizam o fenómeno da corrupção da corrupção” (p. 73) e que estas três características apresentam efeitos positivos ou negativos sobre a democracia. Ao nível da deteção do fato, os *media* investigam os casos de corrupção, por vezes, com mais êxito que as autoridades de investigação criminal, uma vez que, por exemplo, apresentam maior facilidade no acesso e na obtenção de testemunhos. Ao nível da publicitação do fato, os órgãos de comunicação social têm como função informar a sociedade, no entanto, a informação transmitida pode não ser objetiva ou mesmo manipulada. Por isso, é importante ter em conta o pluralismo de emissores e a capacidade cognitiva dos recetores na fiabilidade da informação relatada acerca dos casos de corrupção. Ao nível da dramatização do fato, os *media* são essenciais na criação do escândalo, uma vez que são o principal mecanismo através do qual a sociedade é informada sobre a existência de um assunto potencialmente escandaloso (Sousa, 2011).

Lang e Lang (2006 *cit in* Poeschl & Ribeiro, 2010) referem que parece existir um consenso em relação à influência dos *media* na formação de opiniões, troca de impressões. A opinião pública, apesar de crítica, não se baseia apenas na definição da corrupção enquanto crime, apesar de a corrupção ser um ato punível pela lei, os indivíduos aceitam certos comportamentos corruptos como sendo aceitáveis, a influência dos *media* é responsável por esse consenso.

Relativamente ao impacto dos *media* em geral, e da televisão em particular, Sousa (2011) afirma que “99,3% da população portuguesa vê televisão. É a prática mais generalizada da sua vida quotidiana. Explicação possível para esta continuada omnipresença da TV é a alteração do seu papel na disponibilidade de consumo de comunicação.”. A TV desempenha um papel agregador e polarizador da opinião pública fornecendo conceitos e interpretações no combate à corrupção.

São vários os estudos sobre a influência dos *media* nas mais diversas temáticas. Sousa (2011, p. 79) refere que a televisão é a principal fonte de informação que influencia o modo como os portugueses constroem as suas perceções.

É importante referir o “Cultivation Effect” (Efeito de Cultivo), termo criado por Gerbner em 1967, que se baseia na integração e na ressonância. Ou seja, apesar das pessoas que vêem televisão serem provenientes de grupos sociais distintos, tendem a desenvolver uma visão semelhante. O conteúdo da televisão “ressoa” com experiências da vida real para amplificar o efeito de cultivo em certos grupos (Gulisano, 2008).

Gerbner, Gross, Morgan e Signorielli (2002) afirmam que ultrapassando as barreiras históricas de alfabetização e mobilidade, a televisão tornou-se a fonte comum primária de socialização e informação todos os dias (geralmente camuflada na forma de entretenimento) da população. A televisão une todos os indivíduos numa cultura nacional compartilhada. A função social da televisão reside na repetição contínua de histórias (mitos, "fatos", lições, e assim por diante) que servem para definir o mundo e legitimar uma particular ordem social. Comparado a outros meios de comunicação, a televisão fornece um conjunto relativamente restrito de opções para uma variedade quase ilimitada de interesses e públicos.

2.13. Objetivo e Hipóteses

Os meios de comunicação social são essenciais na difusão e na transmissão de informação. O fato de estes órgãos realçarem alguns acontecimentos e deixarem outros no esquecimento influencia os temas sobre os quais os indivíduos vão pensar e debater com os seus pares, qual a opinião por eles tomada. Os *media* moldam a forma de pensar e de agir do ser humano, no entanto, este é capaz de tratar a informação que lhe é transmitida pelos media, de procurar a fonte de informação mais fiável, e também de criar o seu próprio ponto de vista.

Tendo em conta o polimorfismo do conceito de corrupção e as propriedades das representações sociais, o presente estudo teve como objetivo identificar fatores de variação nas representações da corrupção, mais precisamente, verificar a influência dos *media* nestas representações. Tem-se também como objetivo, recolher a informação contida nas representações da corrupção, informação essa que constitui a primeira dimensão das representações sociais (Moscovici, 1976). Mais precisamente, procurámos:

- a) Saber qual a informação que circula, de uma forma geral, sobre a corrupção e de onde as pessoas obtêm essa informação. É pela troca de informação e de opiniões que as representações sociais se formam e adquirem um significado e, como Poeschl (1992, cit in Ribeiro, 2011, p. 123) declara “É de uma maneira consciente, sob a influência dos media ou através de conversas, que as representações sociais se elaboram”. Espera-se perceber qual o *media* com mais influência sobre as pessoas.
- b) Verificar a existência de diferenças nas representações da corrupção em função do grau de informação das pessoas. Podemos encarar que as informações divulgadas, geralmente a partir dos *media*, acerca de casos e situações de corrupção conduzem a uma modelação das opiniões formuladas pelas pessoas acerca da natureza e extensão da corrupção, bem como, da avaliação dos atos e dos atores de corrupção. Por esta razão, e tendo em conta o estudo de Poeschl e Ribeiro (2010), que verificou que a

corrupção é representada por práticas e motivos que apontam para um julgamento moral, realçando casos e situações específicas muitas vezes divulgados pelos *media*, esperamos que os respondentes que ouvirem falar com maior frequência da corrupção tenham mais conhecimento de casos de corrupção, bem como, avaliem como mais frequentes as situações de corrupção.

Desta forma, formulou-se as seguintes hipóteses de investigação:

- H1: Os participantes com maior grau de informação tendem a considerar como mais frequentes as situações de corrupção do que os participantes com menor grau de informação.
- H2: Os respondentes com maior grau de informação tendem a ter mais conhecimento de casos de corrupção do que os respondentes com menor grau de informação.
- H3: A televisão tende a ter uma maior influência sobre os participantes do que os jornais ou revistas.

Capítulo III.

Metodologia de Investigação

Neste capítulo apresenta-se a caracterização da amostra em função dos dados recolhidos, uma descrição do questionário aplicado e os procedimentos em que se baseou a aplicação do mesmo. Mais ainda, apresentam-se os procedimentos estatísticos para a análise dos dados e o como foram constituídos os dois grupos de participantes destinados a medir a influência dos *media*.

3.1. Amostra

A amostra constituiu-se por 150 indivíduos, sendo que 66 são do sexo masculino (44%) e 84 do sexo feminino (56%) e metade desta residente no concelho de Penafiel (50%). A média de idades é de 28.01, estando compreendidas entre os 18 anos de idade e os 65 anos de idade. 149 participantes são de nacionalidade portuguesa (99,3%) e a maioria é solteira (78%). Quanto às habilitações académicas, a maioria dos participantes tem o ensino secundário (60%) ou o ensino superior (29,3%) completos. Os participantes que exercem funções laborais, 16% pertencem aos quadros superiores, 3,3% pertencem aos quadros médios, 10% são empregados, 4,4% são operários. Destacam-se ainda 0.7% (n = 1) são reformados, 12% encontram-se desempregados e 49,3% de estudantes. No que diz respeito à religião, a grande maioria é católica (59,3%), 27,3% não têm religião e 13,3% são ateus. São maioritariamente não praticantes (72%), sendo que 28% são praticantes. A nível político, 42,7% dos sujeitos são maioritariamente de centro (ou não têm qualquer tendência política), 2,7% são de extrema-direita e 4,7% são de extrema-esquerda.

3.2. Questionário e Procedimento

Os participantes responderam à mesma versão existente do questionário aplicado, que era constituído por questões abertas e fechadas. Apresentava-se primeiramente um pequeno texto relativo ao estudo, explicando a intenção do preenchimento do questionário e umas breves instruções.

De seguida, propunha-se de uma tarefa de associação de palavras em que era pedido aos participantes que indicassem 5 palavras ou expressões que lhes vêm espontaneamente à mente quando ouvem a palavra “corrupção”, pedindo-se de seguida aos participantes que avaliassem numa escala de 7 pontos em que medida consideram essas mesmas palavras/expressões com sendo negativas.

Posteriormente, pedia-se que avaliassem numa escala de 7 pontos a frequência de 12 cenários de comportamentos corruptos, criados pela investigadora e colaboradores para medir a frequência dos mesmos. Era ainda pedido aos participantes que indicassem, numa escala de

7 pontos, com que frequência ouviram falar do tema da corrupção no último ano, nomeadamente ao ver televisão, ao ler jornais, ao ler revistas, ao conversar sobre o tema da corrupção com outras pessoas e ao procurar informação sobre o tema. Pediu-se ainda aos participantes, que indicassem, caso tivessem conhecimento, exemplos de casos de corrupção.

Por fim, pediu-se alguns dados demográficos, importantes para a descrição da amostra, o sexo, a idade, o estado civil, o nível de escolaridade, a nacionalidade, a profissão, o concelho onde residia, a religião e as práticas religiosas a tendência política bem como duas questões relativas aos canais de televisão (SIC, RTP, TVI, SIC Notícias, TVI 24 ou outro) que vê e revistas/jornais (Jornal de Notícias, O Jogo, O Público, Correio da Manhã, Visão, Sábado ou outro) que lê. No final agradeceu-se aos participantes a sua participação (cf. Anexo 1 – Questionário aplicado).

As pessoas preencheram individualmente o questionário que foi entregue pessoalmente pela investigadora, na rua, cafés e universidades da zona norte.

3.3. Análise de Dados

Para constituir dois grupos de respondentes destinados a medir a influência dos *media* foi realizada uma análise de classificação automática utilizando o comando *k-means cluster* do SPSS sobre as respostas à procura de informação. Encontrámos um primeiro grupo composto por pessoas com baixo nível de informação e um segundo composto por pessoas com elevado nível de informação (ver Quadro 1).

Quadro 1. Procura de informação sobre a corrupção (1 = nunca; 7 = sempre)

	Cluster 1 (n = 65)	Cluster 2 (n = 85)	t (148)
Ao ver televisão	5.60	6.16	2.74**
Ao ler jornais	5.28	5.94	3.03**
Ao ler revistas	3.28	4.72	5.25***
Ao conversar com outras pessoas	4.09	6.04	8.48***
Ao procurar informação	2.40	6.19	18.92***

***: $p < .001$; **: $p < .01$.

De seguida, examinou-se a extensão e a natureza da informação contida nas representações da corrupção. Para isso, todas as palavras foram introduzidas num ficheiro de

dados na forma como foram mencionadas nos questionários, e por grupo de grau de informação. De seguida, foram realizadas algumas reduções por sinonímia quando as palavras transmitiam uma forma particular de expressão, mas não se efetuou uma análise de conteúdo.

Analisou-se de forma mais pormenorizada o conteúdo dos diversos campos semânticos e comparou-se, por meio do teste do qui-quadrado a frequência das palavras evocadas por pelo menos 10% dos participantes, isto é, das palavras mais visíveis dos campos semânticos.

Procurou-se identificar diferentes dimensões das representações da corrupção, agrupando os cenários de comportamentos corruptos por meio de uma análise fatorial em componentes principais sobre a sua frequência percebida. Apurou-se a consistência interna das escalas extraídas através do valor do *Alfa de Cronbach* o que permitiu agrupar as respostas em 3 fatores para a frequência dos comportamentos corruptos.

Para perceber qual dos grupos constituídos pela análise de clusters apresentava ter mais conhecimento sobre casos de corrupção foi aplicado o teste do qui-quadrado sobre as respostas dos participantes quanto ao conhecimento de casos de corrupção, e sobre 10% dos casos totais evocados pelos participantes que tinham conhecimento de casos de corrupção.

Foi utilizado o teste estatístico *t de Student* para amostras independentes, para comparar a avaliação de negatividade nos grupos Baixo e Elevado Grau de Informação, e a frequência percebida dos cenários de corrupção.

Capítulo IV.

Resultados e Discussão

Neste capítulo, apresentam-se os resultados obtidos através dos procedimentos estatísticos utilizados para tratar os dados recolhidos.

4.1. Informação acerca da corrupção

Foram mencionadas 215 palavras diferentes, num total de 750 palavras. As frequências de evocação variam entre 1 (129 palavras únicas) e 60. Para saber quais as palavras mais frequentemente associadas à corrupção registámos, no Quadro 2, as palavras associadas à corrupção por pelo menos 10% dos participantes ($n = 15$), por grupo de grau de informação. Procurámos também saber se a frequência com que estas palavras aparecem difere em função dos dois grupos, aplicando um teste do qui--quadrado.

Quadro 2. Número de palavras evocadas por, pelo menos, 10% dos participantes.

Palavra	Total	Baixo Grau de Informação (n=65)	Elevado Grau de Informação (n=85)	χ^2 com 1 gl
Política	60	27	33	.07
Dinheiro	53	24	29	.08
Políticos	46	19	27	2.44
Futebol	38	18	20	.25
Roubo	34	12	22	.89
Governo	26	9	17	1.22
Injustiça	18	9	9	.33
Crime	16	8	8	.29
Suborno	16	7	9	0

As palavras mais referidas pelos participantes quando “pensam na palavra corrupção” foram “Política”, “Dinheiro” e “Políticos”. Assim, a política parece ser a que está mais ligada ao tema, quando os participantes pensam na corrupção.

Podemos deduzir também que política, futebol e dinheiro pertencem ao conjunto de elementos estáveis e não negociáveis das representações da corrupção. Com efeito, Poeschl e Ribeiro (2010, p. 434) referem no seu estudo que “as palavras mais frequentes são mais susceptíveis de fazer parte do núcleo central das representações (Abric, 1994)”.

Uma análise pormenorizada do Quadro 2, revela que as palavras mais frequentemente evocadas estão relacionadas com atos corruptos, por exemplo crime, roubo, suborno, e com uma forte carga de avaliação moral. Outras palavras remetem para atores de corrupção.

Pode-se perceber que não se verificaram diferenças significativas entre os grupos para as diferentes palavras.

O grande número de palavras associadas à corrupção, pelos dois grupos de participantes, sugere que a corrupção é um fenômeno que se apresenta sob diversas formas. Portanto, procurou-se perceber a avaliação da negatividade das palavras associadas à corrupção pelos dois grupos de participantes.

4.2. Negatividade das palavras associadas à corrupção

Para comparar a avaliação de negatividade nos grupos Baixo e Elevado Grau de Informação, foi utilizado o teste de *t de Student* para amostras independentes, conforme mostra o Quadro 3.

Quadro 3. Avaliação da negatividade nos grupos Baixo e Elevado Grau de Informação (1 = nada negativa; 7 = totalmente negativa).

Grau de Informação sobre a corrupção	N	Média	Desvio-Padrão
Baixo	65	5.61	1.22
Elevado	85	6.03	1.13

Foram encontradas diferenças significativas entre o grupo Baixo Grau de Informação ($M = 5.61$; $DP = 1.22$) e Elevado Grau de Informação ($M = 6.03$; $DP = 1.13$), $t(148) = 2.18$, $p = .031$. Verifica-se que as pessoas que são mais informadas percebem as palavras associadas à corrupção com mais negatividade.

Procurou-se identificar diferentes dimensões das representações da corrupção, percebendo qual a frequência dos cenários de comportamentos corruptos.

4.3. Comportamentos Corruptos

Para extrair dimensões das representações da corrupção que agrupam cenários de comportamentos corruptos em função da sua frequência, aplicou-se uma análise fatorial em componentes principais, com rotação *varimax* (ver Quadro 4). A análise revelou a presença de três componentes com valores próprios superiores a 1, os quais explicam 49,21% da variância total. O primeiro fator explica 17,91%, o segundo fator explica 16,95% e o terceiro fator explica 14,35% da variância.

Quadro 4. Frequência dos cenários de comportamentos corruptos. Solução fatorial.

Dimensão	Saturação	Média	Desvio-Padrão
Orçamento (M = 4.84)			
Uma câmara Municipal cede terrenos públicos, a preços simbólicos, ao clube de futebol da terra.	.67	4.08	1.68
Um jogador de futebol é pago por um presidente de um clube adversário para dificultar a vitória do seu clube.	.66	4.46	1.71
O advogado influente de um indivíduo que cometeu um crime, consegue que este não seja condenado porque ofereceu uma quantia de dinheiro ao Juiz.	.61	4.84	1.68
Um ministro do ambiente favorece a pedido de um amigo seu, a construção de um hotel numa área protegida.	.52	4.93	1.60
Um ministro é um dos responsáveis pela privatização de uma empresa. Dois anos após do fim do seu mandato é nomeado administrador da empresa.	.49	5.87	1.22
Subsídio (M = 5.78)			
Um indivíduo pede à sua tia, que trabalha na segurança social, para acelerar o seu processo de candidatura a um subsídio.	.71	5.93	1.17
Um indivíduo candidata-se a uma vaga de emprego à qual se candidataram 700 outras pessoas. Ele consegue a vaga porque um primo pertence à administração da empresa.	.63	6.40	.81
Um funcionário de uma empresa deixa de denunciar as fraudes cometidas pelo seu chefe, a troco de um aumento salarial.	.58	5.40	1.31
A fim de evitar uma multa que lhe retiraria a carta de condução durante um ano, o indivíduo oferece uma quantia de dinheiro ao polícia	.55	5.40	1.40

Favor (M = 5.43)

Um médico de família receita medicamentos aos seus pacientes, participando depois num congresso em Nova Iorque patrocinado pela farmacêutica que produz os medicamentos receitados	.72	5.11	1.71
A fim de evitar a reprovação no exame de condução, um indivíduo oferece um presunto ao instrutor a fim de garantir a aprovação.	.64	5.42	1.85
Um presidente da câmara permitiu a construção de habitações sociais a uma empresa da região. O dono desta empresa financiou a campanha do presidente da câmara para a reeleição	.52	5.77	1.12

Analisando estes resultados, pode-se concluir que o fator 1 inclui cenários que se referem à questão orçamental envolvida em qualquer uma destas áreas (à exceção do cenário relativo ao advogado). O fator 2 inclui cenários correspondendo ao contributo implícito nestas variáveis, ou seja, em todas elas o beneficiário recebe uma oferta devido à sua ação, por exemplo, não denunciar um patrono em troca de um aumento salarial. O fator 3 inclui cenários que correspondem à utilização de favores para atingir um determinado objetivo.

O valor do *Alfa de Cronbach* para os itens agrupados no primeiro fator pela análise fatorial é de .66, o que indica uma consistência interna aceitável entre os itens. Para os itens agrupados no segundo fator, $\alpha = .60$, o que indica uma consistência interna aceitável entre os itens. Para os itens agrupados no terceiro fator, $\alpha = .53$ o que indica uma baixa consistência interna entre os itens, mas aceitável. Assim sendo, e uma vez que a consistência interna é aceitável, pode-se prosseguir com a análise, construindo-se três escalas.

As três escalas criadas, “Orçamento”, “Subsídio” e “Favor” sumariam a informação dada pelos itens que os integram e representam a respetiva pontuação média, ou seja, $M = 4.84$, $M = 5.78$ e $M = 5.43$.

Procurou-se saber se existiam diferenças significativas entre os grupos Baixo e Elevado Grau de informação relativamente à frequência das escalas construídas, conforme mostra o Quadro 5.

Quadro 5. Avaliação da frequência dos tipos de cenários de comportamentos corruptos nos grupos Baixo e Elevado Grau de Informação (1 = nada frequente; 7 = totalmente frequente).

Escala	Grau de Informação sobre a corrupção	N	Média	Desvio-Padrão
Orçamento	Baixo	65	4.56	1.04
	Elevado	85	5.04	.97
Subsídio	Baixo	65	5.64	.81
	Elevado	85	5.89	.76
Favor	Baixo	65	5.30	1.15
	Elevado	85	5.54	1.11

Foram encontradas diferenças significativas para a escala “Orçamento” entre o grupo Baixo Grau de Informação ($M = 4.56$; $DP = 1.04$) e o grupo Elevado Grau de Informação ($M = 5.04$; $DP = .97$), $t(148) = 2.91$, $p = .004$. Para a escala “Subsídio” encontraram-se diferenças tendencialmente significativas entre o grupo Baixo Grau de Informação ($M = 5.64$; $DP = .81$) e o grupo Elevado Grau de Informação ($M = 5.89$; $DP = .76$), $t(148) = 1.96$, $p = .052$. Para a escala “Favor” não se encontraram diferenças significativas entre os grupos, $t(148) = 1.29$, *ns*.

Quanto aos itens das escalas “Orçamento” e “Subsídio”, verificou-se que existiam diferenças significativas na avaliação do nível de frequência dos comportamentos, sendo que as pessoas do grupo de grau de informação elevado, avaliaram as situações como sendo mais frequentes. Esta diferença entre grupos poderá dever-se ao fato em alguns casos, os cenários não serem falados entre as pessoas como assunto do dia-a-dia, no entanto, são mediatizados nos media. Esta mediatização faz com que, provavelmente, o grupo de grau de informação elevado os considere como sendo mais frequentes.

Verificou-se que não existiram diferenças significativas entre os itens da escala “Favor”, isto poderá dever-se ao fato de ser do conhecimento público que muitos médicos recebiam “prêmios” pela prescrição de certos medicamentos, que em muito casos o indivíduo apenas consegue passar no exame de condução dando um valor monetário ao engenheiro, e que as reeleições de certos partidos se deviam aos fundos que este disponha para conseguir chamar a atenção da população.

Sendo assim, verificou-se que os participantes que se são mais informados percecionem como mais frequentes os tipos de cenários corruptos presentes nas escalas “Orçamento” e “Subsídio”, mas não para a escala “Favor”.

4.4. Caso de corrupção

Sendo as pessoas mais informadas as que procuram informação sobre o tema com mais frequência, torna-se pertinente perceber se estas são as que têm mais conhecimento de casos de corrupção.

O teste do Qui-Quadrado foi aplicado sobre as respostas (sim vs. não) de todos os participantes, conforme o Quadro 6.

Quadro 6. Conhecimento de casos de corrupção

Grau de Informação	Tem conhecimento de algum caso de corrupção?	
	Sim	Não
Baixo (n = 65)	23	42
Elevado (n = 85)	46	39

O teste do qui-quadrado indicou que existe uma diferença significativa entre os grupos com diferente grau de informação sobre a corrupção relativamente ao conhecimento de algum caso de corrupção, $\chi^2(1) = 5.20$, $p = .023$.

Como se podia esperar, uma comparação do número de casos referidos pelas pessoas que têm um grau de informação baixo vs elevado, mostra que há mais pessoas no grupo das pessoas que têm um grau de informação baixo que não referenciaram casos. No entanto, no grupo grau de informação elevado, há mais pessoas que referenciaram casos de corrupção do que as que não referenciaram qualquer caso.

Utilizou-se o teste do qui-quadrado para comparar a frequência de evocação dos casos de corrupção por, pelo menos, 10% dos participantes que responderam ter, conforme o Quadro 7.

Quadro 7. Casos de corrupção referenciados por, pelo menos, 10% dos participantes que têm conhecimento de casos de corrupção.

Caso de Corrupção	Soma	Grau de Informação		χ^2 com 1 gl
		Baixo (n=23)	Elevado (n=46)	
Freeport	12	5	7	.01
Pagar para passar na carta de condução	12	3	9	1.64
Apito Dourado	9	3	6	.37

Verificou-se que os casos mais referidos pelos participantes são “Freeport” e “Apito Dourado”. Uma das razões pela qual os participantes mais referiram estes casos poderá ser o fato de estes terem sido alvo de uma enorme mediatização, tanto em jornais como nas televisões. Outra razão prende-se com o fato de estes casos estarem relacionados com figuras de partidos políticos, ex-ministros e figuras dos maiores clubes nacionais de futebol.

No entanto, verificou-se que não existem diferenças significativas entre os dois grupos de participantes no que concerne aos casos referidos. Tendo em conta que os casos referidos reportam para casos mediáticos dos *media*, importa perceber qual a fonte de informação que mais influência os participantes.

4.5. Televisão e Revistas

Tendo em conta a hipótese formulada, “A televisão tende a ter uma maior influência sobre os participantes do que os jornais ou revistas”, foi utilizado o teste de *t de Student*, para comparar a avaliação da frequência de procura de informação sobre o tema da corrupção na televisão, nos grupos Baixo e Elevado Grau de Informação. Não foram encontradas diferenças significativas entre o grupo Baixo Grau de Informação ($M = 1.51$; $DP = 1.21$) e o Elevado Grau de Informação ($M = 1.48$; $DP = 1.24$), $t(148) = .125$, *ns*. O Quadro 8 apresenta as médias e desvios padrão para a frequência de procura de informação sobre a corrupção na televisão, avaliada como a soma dos canais de televisão que os respondentes declararam ver, e nas revistas, avaliada como a soma das revistas ou jornais que os respondentes declararam ler, por grupo de grau de informação, bem como o respetivo valor *t*.

Quadro 8. Frequência de procura de informação na Televisão e Revistas/Jornais.

Grau de Informação sobre a corrupção		N = 150	Média	Desvio-Padrão	t
Televisão	Baixo	65	1.51	1.21	.125
	Elevado	85	1.48	1.24	
Revistas	Baixo	65	1.43	1.12	.045
	Elevado	85	1.80	1.10	

Foi utilizado também o teste de *t de Student* para comparar a avaliação da frequência de procura de informação sobre o tema da corrupção nas revistas e jornais, nos grupos Baixo e Elevado Grau de Informação. Foram encontradas diferenças significativas entre o grupo Baixo Grau de Informação ($M = 1.43$; $DP = 1.12$) e o Elevado Grau de Informação ($M = 1.80$; $DP = 1.10$), $t(148) = 2,02$, $p = .045$.

Verifica-se que o grau de informação das pessoas sobre a corrupção não é influenciado pela visualização de televisão. No entanto, é influenciado pela leitura de jornais/revistas. Isto poderá dever-se ao fato de que, no dia-a-dia, as pessoas são sobrecarregadas de informação nos jornais televisivos, muitas das vezes, com a mesma informação mais do que uma vez por dia. Para além do cansaço que provoca ouvir a mesma coisa mais do que uma vez, a hora a que os jornais televisivos decorrem é a hora das refeições, considerada como a hora da família. O fato de os jornais televisivos estarem a decorrer, não implica que as pessoas estejam atentas ao que por eles é dito.

Por outro lado, quando as pessoas leem jornais ou revistas, a sua atenção está focada para a leitura, fazendo com que a informação que as pessoas estejam a ler seja percebida com mais clareza pelo indivíduo.

Conclusão

A corrupção é bastante estudada enquanto fenómeno económico, político e social. A corrupção é também objeto de representação social pelos indivíduos que podem representá-la através de formas distintas. Como Silva (2011) afirma, as representações sociais apresentam um carácter mutável.

Em primeiro lugar, pode-se salientar que o nosso estudo comprova a diversidade de informação abrangida nas representações da corrupção dos participantes. Os vários elementos recolhidos permitem compreender as dificuldades encontradas pelos especialistas na sua tentativa de definir a corrupção de forma consensual. Mais ainda, as representações da corrupção apresentam variações em função dos grupos que a evocam.

De forma geral, todos os participantes apresentaram uma componente avaliativa negativa em relação às práticas e às pessoas corruptas. Nesta conceção podem observar-se algumas diferenças em função do grupo Grau de Informação a que pertencem os participantes: o grupo Grau de Informação elevado avalia essas práticas e pessoas com mais negatividade.

No início deste estudo foram delineadas hipóteses de investigação. No que concerne à primeira, “Os participantes com maior grau de informação tendem a considerar como mais frequentes as situações de corrupção do que os participantes com menor grau de informação.”, pode-se assumir que esta é parcialmente verificada.

Os cenários corruptos ligados ao mundo da política, advocacia e futebol são os acontecimentos que são vistos como sendo mais frequentes. No entanto, os participantes do grupo Grau de Informação Elevado consideram – ou tendem a considerar - os tipos de cenários de comportamentos corruptos em que se verifica que ambas as partes envolvidas saem favorecidas, em alguns dos casos de forma monetária, e que apresentam maior mediatização, como sendo mais frequentes do que os do grupo Grau de Informação Baixo, como por exemplo, um ministro do ambiente favorecer a pedido de um amigo seu, a construção de um hotel numa área protegida, um ministro é um dos responsáveis pela privatização de uma empresa, sendo posteriormente nomeado administrador da empresa ou a fim de evitar uma multa o indivíduo oferece uma quantia de dinheiro ao polícia. As escalas obtidas neste estudo não reúnem os cenários que tínhamos previsto como pertencentes a determinadas gradações de corrupção, o que sublinha a heterogeneidade nas conceções da corrupção.

No que concerne à segunda hipótese de estudo, “ Os participantes com maior grau de informação tendem a ter mais conhecimento de casos de corrupção do que os participantes com menor grau de informação.”, os resultados mostram que esta se verificou. Atualmente, os meios de comunicação social, como os jornais, revistas, internet ou rádio, invadiram

praticamente todos os lares, e exercem uma grande influência no modo de pensar e viver das pessoas, conseguem transmitir e moldar a opinião pública. Sousa (2011) refere que os *media* “desempenham um papel educativo das populações e de enquadramento e agregação da opinião pública na construção social das perceções e na clarificação de julgamentos” (p. 76). Sousa (2011) refere que a mediatização e dramatização de um fato corrupto é a que provoca “mais sequelas no desempenho da democracia, através da hipersensibilização da opinião pública” (p. 75). Desta forma, pressupõe-se um enquadramento mais episódico do que temático da atualidade nacional pelos *media*, que destacam casos específicos mas também situações comuns do quotidiano como “pagar para passar na carta de condição”.

Quanto à terceira e última hipótese do estudo, “A televisão tende a influenciar mais os participantes do que os jornais ou revistas.”, pode-se concluir que esta não se verificou. Apesar de a televisão ser um dos grandes *media*, a informação obtida pelos participantes parece resultar não só da procura por iniciativa própria mas também dos jornais. No entanto, e de acordo com os resultados obtidos por Poeschl e Ribeiro, em 2010, este estudo revela que existe uma representação “pontilhista” da corrupção, quando analisada ao nível nacional, consistente com os dados de Sousa (2008), que apontam para uma definição da corrupção restrita a práticas e atores da cena pública.”

Poeschl e Ribeiro (2010) concluem que “as indicações que podem ser retiradas das representações da corrupção já permitirem defender a necessidade de difundir uma informação com mais qualidade acerca da corrupção”. Isto prende-se com a necessidade de transmissão de informação que esclareça os aspetos morais e legais de determinados procedimentos e que explique as causas e consequências económicas e sociais das práticas corruptas. Só assim, se poderá influenciar o modo de pensar e agir das pessoas e contribuir para afirmar a luta contra a corrupção.

Por último é importante salientar que os nossos resultados são limitados porque a amostra é pequena e por conveniência, não sendo por isso representativa da população portuguesa.

Para futuras investigações, sugeria-se a continuação deste estudo, uma vez que os dados apresentados, embora pouco significativos, apontam para conclusões bastante claras. Sugere-se, portanto, uma amostra representativa da população de todo o país de forma a verificar diferenças entre as diferentes zonas residenciais. Mais ainda, considera-se pertinente estudar a frequência dos comportamentos corruptos e o nível de condenação dos mesmos, de forma a perceber se se encontram diferenças entre essas duas variáveis.

Referências Bibliográficas

- Alexandre, M. (2004). Representação Social: uma genealogia do conceito. *Revista Comum*, 10(23), 122-138.
- Almeida, A. (2009). Abordagem societal das representações sociais. *Sociedade e estado*, xxvi(3), 713-737.
- Almeida, S. (2011). Casos mediáticos despertam portugueses para a corrupção. *Jornal online Público*. Recurso Eletrónico: <http://www.publico.pt/Sociedade/casos-mediaticos-despertam-portugueses-para-a-corrupcao-1523346>.
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. 1-23.
- Castro, C. (2008). Determinantes económicos da corrupção na União Europeia dos 15. *Economia Global e Gestão*. Lisboa Recurso Eletrónico: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/egg/v13n3/v13n3a04.pdf>.
- Corrupção em Portugal é impune por causa dos atrasos da Justiça. (2011, 21 Março). *Jornal de Notícias*. Recurso Eletrónico: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=1811211.
- Costa, J. & Melo, A. (1979). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Doron, R. & Parot, F. (2001). *Dicionário de Psicologia*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Faria, S. (2011). Doença Mental e Estigma: Representações Sociais dos Estudantes. Dissertação de Mestrado não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade do Porto.
- Ferreira, A. (n.d.). *Dicionário de Latim-Português*. Porto: Porto Editora.
- Gerbner, G., Gross, L., Morgan, M., & Signorielli, N. (2002). Growing Up with Television: Cultivation Processes. In J. Bryant, & D. Zillmann, *Media Effects: Advances in Theory and Research*. (pp. 43-63). London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Gulisano, L. (2008). Cultivation Theory: Creating Perceptions of Life from Reality Television. In *Human Communication Theory*. University of Colorado at Boulder. Recurso Eletrónico: http://www.colorado.edu/communication/meta-discourses/Papers/App_Papers/Gulisano.htm.
- Maia, A. (2008, Abril). A questão da corrupção em Portugal: contributo para a sua caracterização. Recurso Eletrónico: http://www.cpc.tcontas.pt/documentos/contributo_para_a_caracterizacao_da_corrupcao_em_portugal.pdf.
- Mateus, L. (2010). Gays e Lésbicas: Representações Próprias e Atribuídas aos outros. Dissertação de Mestrado não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade do Porto.

- Mauro, C. (2003). O financiamento da política no Brasil: Um Estudo sobre os Limites da Eficácia de uma Lei de Financiamento da Política. Dissertação de Mestrado em Administração Pública e Governo. São Paulo: Escola de Administração de Empresas.
- Menin, M. (2007). O aspecto normativo das representações sociais: comparando concepções. *Revista de Educação Pública*, xvi(30), 121-135.
- MO, P. (2001). Corruption and Economic Growth. *Journal of Comparative Economics*, 66-79. doi:10.1006/jcec.2000.1703.
- Moliner, P. (1996). Images et représentations sociales. De la théorie des representations à l'étude des images sociales. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Moscovici, S. (2001). The phenomenon of social representations. In G. Duveen (Ed). *Social Representation: Explorations in Social Psychology*. (pp. 19-77). New York: New York University Press.
- Moscovici, S. (2003). Representações Sociais: Investigações em psicologia social. Petrópolis: Editora Vozes.
- Neto, F. (1998). Psicologia Social. Vol.I. Lisboa: Universidade Aberta.
- Os casos de corrupção mais mediático. (2011, 11 Novembro) Diário Económico. Recurso Eletrónico: <http://economico.sapo.pt/noticias/nprint/130155.html>.
- Pestana, M., Gageiro, J. (2005). Análise de dados para ciências sociais: A complementariedade do SPSS. 4ª edição. Lisboa: Edições Silabo.
- Pinto, R. (2009). Introdução à análise de dados: com recurso ao SPSS. 1ª edição. Lisboa: Edições Sílabo.
- Poeschl, G., Ribeiro, R. (2010). Ancoragens e variações nas representações sociais da corrupção. *Análise Social*, xlv(196), 419-445.
- Poeschl, G. (2003). Teoría de las representaciones sociales. In J. F. Domínguez, & C. H. Casal, *Estudios De Psicología Social*. (pp. 438-446). Madrid: Universidad Nacional De Educación A Distancia.
- Pullin, E. & Pryjima, L. (2011). Representações sociais da leitura: núcleo central e periferia dessas representações entre professores. *Práxis Educativa*, 6(2), 207-222, doi: 105212/PraxEduc.v.6i2.0004.
- Ribeiro, R. (2011). Representações da globalização, justiça e relações entre países: Um contributo para o estudo do metassistema das representações sociais. Dissertação de Doutoramento não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade do Porto.

- Rummler, G. (2007). Fontes teóricas sobre representações sociais: um perfil bibliométrico de textos citados em periódicos científicos nacionais da área de Saúde. *Interface - Comunic, Saúde, Educ*, 11 (23), 637-646.
- Sá, C. (1996). Representações sociais: Teoria e pesquisa no núcleo central. In *Temas em Psicologia* (p. 19-31). Rio de Janeiro: Universidade do Estado.
- Silva, B. (2011). As representações sociais do casamento. Dissertação de Mestrado não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação. Universidade do Porto.
- Sobral, E., Besarria, C., & Araújo, J. (2013). Influência do nível de corrupção sobre o crescimento económico, uma análise para os BRICS1. (pp. 1-11).
- Sousa, L. (2009). Ética, estado e economia: Atitudes e práticas dos Europeus. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
- Sousa L. (2011). Corrupção. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sousa, L. & Triães, J. (2008). Corrupção e os Portugueses. 1ª edição. Rui Costa Pinto Edições.
- Wagner, et al. (1999). Theory and method of social representations. *Asian Journal of Social Psychology*, 2, 95-125.

Anexos

Anexo A: Questionário



Questionário N.º: _____

Estamos a realizar uma investigação sobre a corrupção e a sua opinião interessa-nos. Para responder ao questionário basta seguir as indicações que são proporcionadas. Pedimos que responda o mais espontaneamente possível a todas as questões. Este questionário é anónimo, confidencial e não existem respostas certas ou erradas, pois todos temos opiniões diferentes. Agradecemos, desde já, a sua participação.

1. Quando ouve a palavra «corrupção», quais são as 5 palavras ou expressões que lhe vêm espontaneamente à mente?

Resposta A: _____

Resposta B: _____

Resposta C: _____

Resposta D: _____

Resposta E: _____

2. Para cada palavra que referiu anteriormente relativamente à corrupção, indique em que medida a considera negativa, utilizando a escala de 1 a 7, sendo 1- nada negativa e 7- totalmente negativa. Trace um círculo à volta do algarismo que melhor corresponde à sua resposta:

	Nada negativa					Totalmente negativa	
A sua resposta A:	1	2	3	4	5	6	7
A sua resposta B:	1	2	3	4	5	6	7
A sua resposta C:	1	2	3	4	5	6	7
A sua resposta D:	1	2	3	4	5	6	7
A sua resposta E:	1	2	3	4	5	6	7

3. Apresenta-se de seguida um conjunto de situações. Diga em que medida considera cada uma destas situações frequentes, utilizando a escala de 1 a 7, sendo 1- nada frequente e 7- totalmente frequente. Trace um círculo à volta do algarismo que melhor corresponde à sua resposta:

a) Uma câmara municipal cede terrenos públicos, a preços simbólicos, ao presidente do clube de futebol da terra para construir um café.

Nada Frequente	1	2	3	4	5	6	7	Totalmente Frequente
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	-------------------------

b) Um médico de família receita medicamentos produzidos por uma farmacêutica que patrocina o congresso em Nova Iorque em que pretende participar.

Nada Frequente	1	2	3	4	5	6	7	Totalmente Frequente
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	-------------------------

c) Um advogado influente consegue que um indivíduo que cometeu um crime não seja condenado, porque ofereceu uma quantia de dinheiro ao juiz.

Nada Frequente	1	2	3	4	5	6	7	Totalmente Frequente
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	-------------------------

d) Um ministro responsável pela privatização de uma empresa é nomeado administrador dessa empresa após o fim do seu mandato.

Nada Frequente	1	2	3	4	5	6	7	Totalmente Frequente
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	-------------------------

e) A fim de evitar uma multa que lhe retiraria a carta de condução durante um ano, um indivíduo oferece uma quantia de dinheiro a um polícia.

Nada Frequente	1	2	3	4	5	6	7	Totalmente Frequente
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	-------------------------

f)Um individuo pede à sua tia, que trabalha na Segurança Social, para acelerar o seu processo de candidatura a um subsídio.

Nada Frequente	1	2	3	4	5	6	7	Totalmente Frequente
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	-------------------------

g)Um individuo candidata-se a uma vaga de emprego à qual se candidataram 700 outras pessoas. Ele consegue a vaga porque um primo pertence à administração da empresa.

Nada Frequente	1	2	3	4	5	6	7	Totalmente Frequente
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	-------------------------

h)Um jogador de futebol é pago pelo presidente de um clube adversário para dificultar a vitória do seu clube.

Nada Frequente	1	2	3	4	5	6	7	Totalmente Frequente
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	-------------------------

i)Um ministro do ambiente favorece a pedido de um amigo seu, a construção de um hotel numa área protegida.

Nada Frequente	1	2	3	4	5	6	7	Totalmente Frequente
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	-------------------------

j)A fim de evitar a reprovação no exame de condução, um individuo oferece um presunto ao examinador.

Nada Frequente	1	2	3	4	5	6	7	Totalmente Frequente
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	-------------------------

k)Um presidente de câmara autorizou a construção de habitações sociais a uma empresa da região. Posteriormente, o dono da empresa financia a campanha do presidente para a sua reeleição.

Nada Frequente	1	2	3	4	5	6	7	Totalmente Frequente
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	-------------------------

l)Um empregado não denuncia as fraudes cometidas pelo seu chefe, a troco de um aumento salarial.

Nada Frequente	1	2	3	4	5	6	7	Totalmente Frequente
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	-------------------------

4.Agora, gostaríamos de saber com que frequência, no decorrer do último ano, ouviu falar da corrupção nas seguintes situações. Utilizando a escala de 1 a 7, sendo 1 - nunca e 7 – sempre, trace um círculo à volta do algarismo que melhor corresponde à sua resposta:

a) Ao ver televisão.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	--------

b) Ao ler jornais.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	--------

c) Ao ler revistas

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	--------

d) Ao conversar sobre o tema da corrupção com outras pessoas.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	--------

e) Ao procurar informação sobre o tema da corrupção.

Nunca	1	2	3	4	5	6	7	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	--------

5.Tem conhecimento de algum caso de corrupção? Sim ☐ Não ☐

a) Caso tenha respondido sim, indique qual/quais.

As informações contidas neste questionário são completamente anónimas e confidenciais, a sua utilização é exclusivamente para fins de investigação científica. Obrigada por responder a todas as questões.

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

Idade: _____anos

Estado civil:

- ☐ Solteiro/a
- ☐ Casado/a ou União de facto
- ☐ Viúvo/a ou divorciado/a ou separado/a

Grau de escolaridade:

- | | |
|--------------------------|-------------------|
| ☐ | 4º ano/classe |
| ☐ | Ensino Básico |
| ☐ | Ensino Secundário |
| ☐ | Ensino Superior |

Nacionalidade: _____

Profissão: _____

Residente em (concelho): _____

Religião: _____ Não tenho ☐ Ateu ☐

Assiste a cerimónias religiosas?

Nunca							Sempre
1	2	3	4	5	6	7	

Tendência política:

Estrema esquerda							Extrema direita
1	2	3	4	5	6	7	

Canal Televisivo que vê:

RTP ☐

SIC ☐

TVI ☐

TVI24 ☐

SIC Notícias ☐

Outro: _____

Revistas/Jornais que lê:

Jogo ☐

Jornal de Notícias ☐

Público ☐

Correio da Manhã ☐

Visão ☐

Sábado ☐

Outro: _____

Obrigada pela sua participação!

Anexo B: Lista de Cenários de Comportamentos Corruptos

Corrupção Branca

1. Um médico de família receita medicamentos aos seus pacientes, participando depois num congresso em Nova Iorque patrocinado pela farmacêutica que produz os medicamentos receitados.
2. Um indivíduo pede à sua tia, que trabalha na segurança social, para acelerar o seu processo de candidatura a um subsídio.
3. Um indivíduo candidata-se a uma vaga de emprego à qual se candidataram 700 outras pessoas. Ele consegue a vaga porque um primo pertence à administração da empresa.
4. A fim de evitar a reprovação no exame de condução, um indivíduo oferece um presunto ao instrutor a fim de garantir a aprovação.

Corrupção Cinzenta

1. Uma câmara Municipal cede terrenos públicos, a preços simbólicos, ao clube de futebol da terra.
2. A fim de evitar uma multa que lhe retiraria a carta de condução durante um ano, o indivíduo oferece uma quantia de dinheiro ao polícia.
3. Um funcionário de uma empresa deixa de denunciar as fraudes cometidas pelo seu chefe, a troco de um aumento salarial.
4. Um jogador de futebol é pago por um presidente de um clube adversário para dificultar a vitória do seu clube.

Corrupção Preta

1. O advogado influente de um indivíduo que cometeu um crime, consegue que este não seja condenado porque ofereceu uma quantia de dinheiro ao Juiz.
2. Um ministro é um dos responsáveis pela privatização de uma empresa. Dois anos após do fim do seu mandato é nomeado administrador da empresa.
3. Um presidente da câmara permitiu a construção de habitações sociais a uma empresa da região. O dono desta empresa financiou a campanha do presidente da câmara para a reeleição.
4. Um ministro do ambiente favorece a pedido de um amigo seu, a construção de um hotel numa área protegida

Anexo C: Lista de Palavras

Palavra	Soma	Baixo Grau de Informação (n=65)	Elevado Grau de Informação (n=85)
Abuso de poder	8	4	4
Administradores de Empresas/Bancos	1	0	1
Adulteração	2	1	1
Advogados	5	2	3
Agentes Policiais	1	0	1
Aldrabão	4	3	1
Anarquia	1	0	1
Aníbal Cavaco Silva	1	1	0
Arbitragem	2	1	1
Ativa	1	1	0
Atividades obscuras	1	0	1
Atualidade	1	0	1
Ausência de valores	1	0	1
Bancos	7	4	3
Batota	1	1	0
Benefícios	1	1	0
Branqueamento de capitais	1	1	0
Burla	3	1	2
Capital Económico	1	1	0
Capitalismo	4	2	2
Cargos de Chefia	1	1	0
Carteiristas	1	0	1
Ciganos	1	10	0
Cinismo	2	2	0
Classes Sociais	1	0	1
Cleptocracia	1	1	0
Clubes de Futebol	1	0	1
Comércio Negro	1	1	0
Compra	1	0	1
Conluio	1	0	1
Contabilidade	1	0	1
Contrabando	1	1	0

Palavra	Soma	Baixo Grau de Informação (n=65)	Elevado Grau de Informação (n=85)
Corromper	1	1	0
Corrupto	2	0	2
Crime	16	8	8
Crise	2	0	2
Cumplicidade	1	0	1
Cunhas	1	0	1
Decomposição	1	1	0
Degradação	1	1	0
Depravação	1	0	1
Desconfiança	1	0	1
Desfalque	1	1	0
Desigualdade	3	1	2
Desonestidade	12	4	8
Desporto	3	1	2
Desrespeito	3	1	2
Desvio	1	0	1
Desvio de Dinheiro	1	1	0
Desvio de fundos	1	1	0
Desvio de Verbas	1	0	1
Dinheiro	53	24	29
Dinheiro Fácil	1	1	0
Diretores	1	1	0
Dirigentes de Clubes	2	1	1
Disparidade	2	0	2
Ditador	2	1	1
Drogas	1	0	1
Duarte Lima	1	1	0
E.U.A	1	0	1
Economia	7	4	3
Educação	1	1	0
Egocentrismo	1	1	0
Egoísmo	2	0	2
Empresarial	1	0	1

Palavra	Soma	Baixo Grau de Informação (n=65)	Elevado Grau de Informação (n=85)
Empresários	2	0	2
Empresas	4	0	4
Empresas Privadas	1	1	0
Empresas Públicas	1	0	1
Engano	3	1	2
Enriquecimento	1	0	1
Enriquecimento ilícito	1	1	0
Envolvimento com dinheiro "sujo"	1	1	0
Errado	1	0	1
Erro	1	1	0
Esquemas	1	0	1
Exames de condução	1	1	0
Excesso de Poder	1	0	1
Extorsão	4	1	3
Facilitismos	1	1	0
Falcatrua	2	2	0
Falsidade	8	4	4
Falso	2	1	1
Falta de civismo	1	1	0
Falta de consciência	1	1	0
Falta de Ética	1	0	1
Falta de humanismo	1	0	1
Falta de Personalidade	1	0	1
Falta de sinceridade	3	2	1
Favorecimento	4	0	4
Finanças	1	1	0
Fins pessoais	1	1	0
Fisiologismo	1	1	0
Forças Policiais	1	1	0
Fraco	1	0	1
Fraqueza	1	0	1
Fraude	8	5	3
Freeport	1	1	0

Palavra	Soma	Baixo Grau de Informação (n=65)	Elevado Grau de Informação (n=85)
Fuga	2	1	1
Fuga ao fisco	4	2	2
Futebol	38	18	20
Ganância	8	4	4
Ganhar	2	1	1
Gatuno	2	1	1
Gestores Públicos	1	0	1
Governantes	1	0	1
Governo	26	9	17
Grandes Empresários	1	1	0
Grécia	1	0	1
Hipocrisia	4	3	1
Homem	2	1	1
Honorabilidade	1	0	1
Humanidade	1	1	0
Igreja	2	1	1
Illegal	1	1	0
Ilícito	1	0	1
Imoral	2	0	2
Imoralidade	2	1	1
Impunidade	2	0	2
Impunidade	1	1	0
Incorreto	1	1	0
Indignidade	1	1	0
Indigno	1	0	1
Infidelidade	1	1	0
Influências	4	0	4
Injustiça	18	9	9
Instituições	1	0	1
Interesses	10	3	7
Interesses Individuais	1	0	1
Intriga	1	1	0
Isaltino Moraes	2	1	1

Palavra	Soma	Baixo Grau de Informação (n=65)	Elevado Grau de Informação (n=85)
Itália	1	0	1
Jogo	2	0	2
Jorge Coelho	1	1	0
Jornalismo	1	1	0
José Sócrates	1	0	1
Judicial	1	0	1
Justiça	9	1	8
Ladrão	14	6	8
Lavagem de dinheiro	2	0	2
Lobbys	1	0	1
Luvas Brancas	4	2	2
Má gestão	1	1	0
Maçonaria	1	0	1
Máfia	4	2	2
Magistrados	1	0	1
Mal	2	1	1
Maldade	3	2	1
Manipulação	1	0	1
Marginalidade	3	2	1
Médicos	1	0	1
Mentira	11	1	10
Miguel Relvas	2	0	2
Mundo	2	0	2
Municípios	1	0	1
Negócios	1	0	1
Negócios Ilícitos	1	0	1
Obscuro	1	0	1
Oportunidade de Trabalho	2	1	1
Oportunismo	1	0	1
País	1	0	1
Parcerias Público-privadas	2	1	1
Parlamento	2	1	1
Partidos Políticos	1	0	1

Palavra	Soma	Baixo Grau de Informação (n=65)	Elevado Grau de Informação (n=85)
Passiva	1	1	0
Passos Coelho	5	2	3
Patrão	1	0	1
Pena	1	0	1
Perda de confiança	1	1	0
Pessoa sem escrúpulos	1	1	0
Pessoas mal formadas	1	0	1
Pinto da Costa	7	3	4
Pobreza	4	0	4
Poder	12	6	6
Poderosos	1	0	1
Podridão	1	0	1
Polícia	14	5	9
Política	60	27	33
Políticos	46	19	27
Portugal	5	2	3
Prazer absurdo	1	1	0
Presidente	3	3	0
Presidentes de Clubes de Futebol	1	0	1
Pressão	1	0	1
Prisão	2	1	1
Receber dinheiro	1	0	1
Religião	2	0	2
Revolta	1	0	1
Ricos	2	1	1
Roubar	3	3	0
Roubo	34	12	22
Segredo	1	0	1
Seguro	1	0	1
Seguros	1	1	0
Sem escrúpulos	1	0	1
Serviço Nacional de Saúde	1	0	1
Sistema	2	0	2

Palavra	Soma	Baixo Grau de Informação (n=65)	Elevado Grau de Informação (n=85)
Sistema Jurídico-legal	2	0	2
Sociedade	2	0	2
Sócrates	1	0	1
Suborno	16	7	9
Superioridade	1	1	0
Tráfico	1	1	0
Traição	3	0	3
Tribunal	1	1	0
Troca de favores	2	0	2
Troika	3	1	2
Vendido	1	0	1
Vergonha	1	1	0
Vida pelo lado fácil	1	1	0
Vigaristas	1	1	0
Violação de lei	1	1	0
Violação de valores	1	1	0
Violência	1	1	0
Vítor Gaspar	1	0	1

Anexo D: Lista de Casos de Corrupção

Caso	Baixo Grau de Informação (n=23)	Elevado Grau de Informação (n=46)	Soma
Freeport	5	7	12
Pagar para passar na carta de condução	3	9	12
Apito Dourado	3	6	9
Prescrição de medicamentos - atribuição de prémios	1	2	3
Empresas	1	1	2
Face Oculta	3	2	5
Câmara Municipal	0	4	4
Cunhas para obter emprego	1	2	3
Esquemas de manipulação de resultados no desporto	1	1	2
Políticos	0	2	2
Autarquias	0	1	1
Cunhas na administração pública	0	1	1
Fraude nos documentos para requerer bolsa de estudo	1	0	1
Fraude nos documentos para requerer escalão escolar	0	1	1
Fugas ao fisco	1	0	1
Gang do Vale do Sousa	0	1	1
Isaltino Moraes	0	1	1
Persuasão para atestar incapacidade mental a fim de requerer o subsidio por invalidez	0	1	1
Pinto da Costa	0	1	1
Política	1	0	1
Procedimento concurso a nível nacional	0	1	1
Saco Azul	1	0	1

Caso	Baixo Grau de Informação (n=23)	Elevado Grau de Informação (n=46)	Soma
Troca de Favores	1	0	1
Vale e Azevedo	0	1	1
Valentim Loureiro	0	1	1